

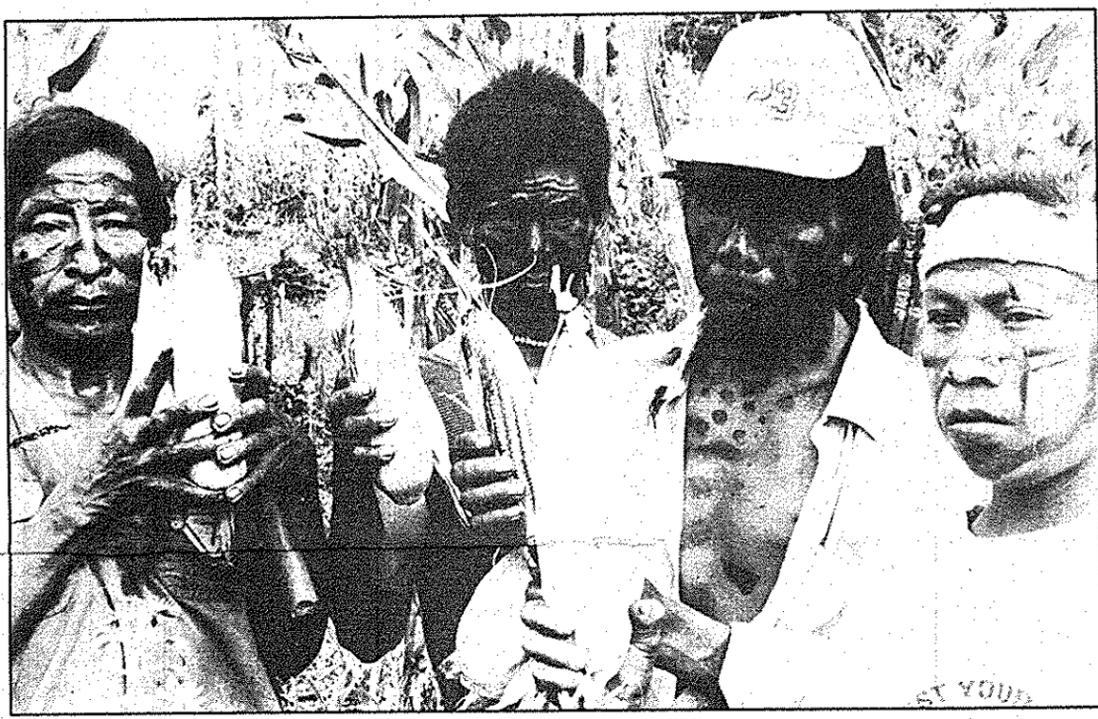
Post. Impl. da Terra N.º 134
 Abr./mai. 96 p. 3
 Class. C 1 R 0 0 6 3 0

QUESTÃO INDÍGENA

Retomada das terras ancestrais

Malu Maranhão

Índios Guarani Kayowá na aldeia Jaguapiré, MS



J. R. RIPPER / IMAGENS DA TERRA

O dia 19 de abril, que pertence a um calendário de comemorações tão falso como é o dia 13 de maio para a abolição da escravidão, foi convenção como o Dia do Índio. Será? Suas terras vêm sendo roubadas há 500 anos, suas vidas extintas por assassinatos e massacres, assim como sua cultura. Comemorar o que, principalmente agora, quando o governo federal, numa parceria do ministro da Justiça (?) Nelson Jobim com o presidente FHC, emitiu Decreto 1775/96, que revoga o Decreto 22 e estabelece o princípio do contraditório? Na prática rouba as poucas terras que ainda restam aos índios.

Este ano, numa trágica coincidência, dois dias antes do 19 de abril, os sem-terra da fazenda Macaxeira foram executados em Eldorado dos Carajás, município que leva o nome de uma nação indígena. Assim como ocorreu com os sem-terra, também duas grandes chacinas de povos indígenas foram registradas nos últimos 10 anos. O massacre de 14 índios Tikuna, no dia 23 de abril de 88, em Benjamin Constant (AM), e a chacina de 16 Yanomami, na aldeia Haximu (RR), em agosto de 1993.

Porém, igualmente trágica é a decisão dos Guarani-Kaiowá, de Mato Grosso do Sul, que optaram pelo auto-extermínio devido à perda de suas terras. Somente no ano passado 56 índios, a maioria entre 15 e 25 anos, suicidaram-se, prática que não faz parte de sua cultura, entendendo que sem a terra é preferível morrer.

Diante dessa situação de extrema gravidade, os grupos indígenas estão reagindo da única maneira que restou: retomar as terras

ancestrais roubadas por fazendeiros, mineradoras e em alguns casos pelo próprio governo. A palavra é "retomada" e não "ocupação", como no caso dos sem-terra, porque são áreas que pertencem aos grupos indígenas e deles foram tiradas.

A Coordenação da Articulação das Orga-

nizações dos Povos Indígenas Brasileiros (Capoib), fundada em 1992, que congrega mais de 60 organizações em todo o país, promete que retomada será a palavra de ordem. E vai mais longe. Sabendo quanto é vital a união dos despossuídos da terra, suas lideranças falam na "união da flecha com a foice", expressando um

Incentivo à invasão

Existem hoje, no Brasil, 555 áreas indígenas. Desse total, 212 áreas por já serem registradas, não são passíveis de contestação, mas 343 áreas podem ser contestadas. Até o dia 8 de abril, prazo estipulado pelo governo, foram submetidas à contestação 155 áreas, e destas 83 foram contestadas. Existem ainda 188 áreas passíveis de contestação em prazo posterior. As áreas mais prejudicadas são as de São Marcos (RR), do povo Maingang com 573 contestações; Xucuru (PE), do povo Xucuru com 272 contestações; e Raposa Serra do Sol (RR), dos povos Wapixana, Macuxi, Tourepang e Ingaricó, com 153 contestações.

Como informa Roberto Antônio Liedgott, secretário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Funai que tem 60 dias de prazo para

analisar esses problemas, está contratando advogados e antropólogos que receberão R\$1.500,00 por processo analisado. Já que são 1.154 processos é fácil imaginar o quanto isso vai onerar e desnecessariamente, os cofres públicos, já que a Funai possui 48 advogados que poderiam realizar esse trabalho.

Igualmente grave, é a denúncia do Cimi que somente por conta da alteração do Decreto 22/91, já ocorreram novas invasões em terras indígenas: de janeiro de 1995 a março deste ano, mais 14 áreas indígenas foram invadidas. O decreto 1775/96 tem um agravante que é o efeito retroativo em relação às áreas já demarcadas e homologadas, mas não registradas no Serviço de Patrimônio da União (SPU) no Cartório de Registro de Imóveis (CRI).

entendimento da Capoib com o Movimento Sem Terra que na prática, já está se dando, seja nas marchas que agitaram o país ou no Fórum pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo.

O "Pastoral da Terra" entrevistou duas lideranças da Capoib, Maurício Tupiniquim e Zeferino Guarani-Kaiowá que falam sobre a retomada como processo de luta. Eles fazem parte da secretaria executiva da entidade, formada por cinco membros de vários grupos indígenas.

Para Maurício Tupiniquim, o Decreto 1775/96 veio agravar uma situação que já era insuportável com a perda cada vez maior de suas terras. "A participação da Capoib em espaços como o Fórum pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, juntamente com os movimentos populares é fundamental. Esta aliança de organizações indígenas com não-índios nos dá muita força em um momento que o simples anúncio do Decreto já provocou novas invasões em nossas terras. A experiência da participação da Capoib no Fórum foi um grande avanço. Ela mostra que os povos indígenas têm a capacidade de estabelecer alianças e lutar juntos pelo bem maior que é a terra", afirma.

Além da perda da terra, os povos indígenas sofrem outro tipo de violência: a perda de sua língua, sua cultura. A luta, assim, também é pela implantação de escolas diferenciadas onde, além do português os índios aprendam sua língua, ritos e costumes. Segundo Maurício, existe uma experiência muito boa nesse sentido sendo desenvolvida em diversas áreas de Mato Grosso do Sul.

"Nós temos outros problemas, além das terras que estão invadidas e roubadas - diz ele. Falta o atendimento à saúde e muitos índios estão morrendo por isso. A Funai que deveria atender nessa área não faz nada e muito menos ainda em relação à agricultura. Há um descalço total e não existe nem um projeto nesse sentido".

Luta em vez de suicídio

Em 1986, os Guarani-Kaiowá, principalmente de Dourados (MS), começaram a suicidar-se em desespero pela perda de suas terras. Daquela data até hoje, 246 índios praticaram o suicídio. A falta da terra - em Campestre, 350 Guarani dividem nove hectares - a pressão sobre eles e a introdução de bebidas alcoólicas constituem os elementos da tragédia.

Para Zeferino Guarani-Kaiowá, esta situação pode ser revertida pela perspectiva da luta, da retomada das terras. "O Decreto 1775/96 deixou bem claro que não se pode ficar de braços cruzados esperando pela justiça que não existe. Vamos lutar sim, acelerar o processo da retomada de nossas terras invadidas por fazendeiros. Estamos prontos para morrer e matar se for preciso. Os povos indígenas vêm sendo exterminados há 500 anos e isso não pode continuar", conclui.